



ENCONTRO NACIONAL  
DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Patrocínio:



---

# Comprometimento dos Recursos Financeiros do Governo com os Juros da Dívida Pública X Insuficientes Recursos para Inovação e Desenvolvimento Tecnológico



Apresentação de **Fernando Varella**  
Economista e Diretor da Protec

## **As Preocupações da agência Moody's:**

- A gestão das contas pública no Brasil;
- O perfil de vencimento da dívida brasileira;
- A continuidade do prazo médio de 42 meses.

## **A Política de prazos médios muito curtos com relação aos títulos da Dívida Pública:**

- Desde a década de 90, o Tesouro adota a política de prazo médio muito curto;
- Essa política é uma das razões das elevadíssimas taxas de juros incidentes sobre os títulos emitidos pelo governo.

## **Os objetivos da Dívida Pública:**

- O aumento dos investimentos do governo federal;
- As necessidades de financiamento do governo federal.

## **A situação da Dívida Pública Brasileira:**

- A Dívida Pública cresceu 21,7% ao longo de 2015, alcançando o patamar de R\$ 2,793 bilhões, um aumento de R\$ 497 bilhões de 2014 para 2015;
- Uma das razões desse aumento foi a despesa com juros que totalizou R\$ 368 bilhões. O saldo de R\$ 129 bilhões foi usado na cobertura dos R\$ 115 bilhões do déficit primário do governo central.



## O Brasil foi o País no Mundo que pagou mais juros sobre a sua Dívida Pública:

- No ano de 2015, o Brasil pagou juros em torno de R\$ 368 bilhões, correspondente a 6,2% do seu PIB;
- Pagamento de juros por outros países sobre o PIB:
  - Índia = 4,62%
  - Portugal = 4,1%
  - Itália = 4,0%
  - Grécia = 3,6%

# O Entendimento do FMI e do World Bank sobre o pagamento de juros da Dívida:

- A projeção das despesas com juros em 2016, chega a R\$ 450 bilhões, mantida a atual taxa Selic, que corresponde a 36% da receita fiscal do governo;
- O FMI e o World Bank afirmam que nenhum país suporta pagar mais do que 7% da sua receita fiscal com o serviço da dívida pública;

## **A comparação com a Grécia:**

- A Grécia, no auge da sua crise financeira, nos 2 últimos anos, não pagou mais do que 7% de juros, como remuneração de seus títulos, com prazo de 10 anos.

## **A pergunta que o Tesouro não responde:**

- O Tesouro Nacional, gestor da Dívida Pública do país, deveria responder porque o Brasil tem de pagar juros de 14,25% sobre os títulos dívida brasileira, com prazo de emissão médio de 42 meses?

## O início da solução da crise financeira do País:

- O início da solução para o Brasil resolver a crise financeira do governo federal seria reduzir os juros da Dívida Pública para um teto de 7%, o que representaria uma economia anual de R\$ 230 bilhões;
- Esses recursos seriam suficientes para colocar em ordem as contas governamentais, aumentar os investimentos, abandonar os contingenciamentos e esquecer as propostas de aumento e/ou criação de novos impostos.

## **A Dívida Pública e a comparação com outros países:**

- Situação da dívida pública que muitos economistas entendem ser alarmante, na verdade não o é, pelo menos em termos do tamanho da dívida;
- Enquanto a dívida pública brasileira ainda é inferior a 50% do PIB, muitos países têm um endividamento muito maior, em termos de percentual do PIB.  
Caso do Japão com 245%; Grécia com 171%;  
Itália com 136%; Portugal com 129%;  
Estados Unidos com 105%; Espanha com 101% e França, com 98%.



## O Fundamental não é o tamanho da dívida, mas sim, o prazo médio de vencimento e a taxa de juros incidente:

- O exemplo da Itália, com uma dívida, proporcionalmente, quase 3 vezes maior, mas em condições muito mais suaves em termos de prazo de pagamento, com prazo médio de 17,9 meses;
- Aquele país pagou ano passado, juros médios de 3,75%, proporcionalmente, quase quatro vezes menor do que os juros pagos pelo Brasil.

## O Esgotamento do atual modelo de gestão da dívida pública:

- Em função desses números, entendo que esgotou-se o atual modelo de gestão da dívida pública brasileira;
- Não tem mais sentido, a continuidade de uma gestão da nossa dívida tão irresponsável, perdulária e inaceitável;
- Mantida a atual política, em 3 anos, o país perderia algo como R\$ 1,3 trilhão com o pagamento de juros, mais do que toda a arrecadação fiscal prevista para este ano.

## **Novo modelo de gestão da dívida pública:**

É urgente, a adoção de um novo modelo, com os seguintes fundamentos:

- a) A redução substancial da taxa Selic, para um patamar mais justo e compatível com o que acontece no resto do mundo em termos de juros da dívida pública;
- b) A emissão de títulos de maior prazo, elevando o prazo médio da nossa dívida de 4 para 10 anos.

## O aumento da dívida pública do País:

- Resolvidas as duas questões acima, o Brasil poderia, sem maiores problemas, elevar a sua dívida pública para até 75% do PIB, gerando novos recursos da ordem de R\$ 1,5 trilhão, possibilitando um novo momento no seu processo de desenvolvimento do país.

## **A difícil conjuntura do País e seu impacto na atividade industrial:**

- O país atravessa uma conjuntura de sérias dificuldades e restrições econômicas, refletidas, claramente, nos diversos setores da atividade industrial;
- Neste cenário, é fundamental que não se paralise o fluxo de recursos para o estímulo ao desenvolvimento de inovações, pois a perda de continuidade poderia ter consequências ainda mais sérias.

## **Inovação Tecnológica, base do crescimento da produtividade industrial:**

- Daí, a Protec, comprometida com o desenvolvimento da indústria brasileira a partir do desenvolvimento tecnológico, estar propondo ao novo governo, um Programa Emergencial de Retomada do Crescimento da Indústria.



## **Avaliação dos resultados dos principais instrumentos de incentivo à inovação e do desenvolvimento tecnológico – O FNDCT:**

- O FNDCT foi criado em 1969, como um instrumento financeiro de integração da ciência e tecnologia com a política de desenvolvimento nacional;
- O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológicos nacionais, tendo como fonte de receita prioritária, os incentivos fiscais.

## **A avaliação do FNDCT:**

- Desde 1970, o FNDCT tornou-se o mais importante instrumento de financiamento para a implantação e consolidação institucional da pesquisa e da pós-graduação nas universidades brasileiras e de expansão do sistema de C&T nacional.

## **Evolução dos recursos do FNDCT, nos últimos 15**

### **Anos, em Reais:**

- Ano 2000 - 245 milhões;
- Ano 2003 – 1,318 milhões
- Ano 2006 - 1,850 milhões;
- Ano 2009 - 2,639 milhões;
- Ano 2011 – 3.537 milhões;
- Ano 2012 - 4,215 milhões;
- Ano 2013 - 4,551 milhões;
- Ano 2014 - 3,480 milhões.





## Relatório de gestão do FNDCT, ano 2014, elaborado pela Finep:

➤ Distribuição dos recursos por natureza da despesa:

a) Despesas Correntes – R\$ 2,873 milhões, igual a 78% do total, para uso preferencial em despesas operacionais da Finep;

b) Investimentos – R\$ 682,7 milhões, igual a 20,5% do total, recursos transferidos para o CNPq e para a Finep, para serem utilizados no apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico;

c) Inversão Financeira – R\$ 51,3 milhões, igual a 1,5% do total, para reforço de garantias de liquidez.



## **Auditoria realizada, recentemente, pelo TCU, no FNDCT, para avaliação de resultados:**

### **Principais Conclusões.**

- Inexistência de avaliações regulares de resultados e de impacto dos investimentos do Fundo;
- Inexistência de políticas e diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo, por parte do Conselho do FNDCT;
- Outra conclusão do TCU é que os recursos do Fundo foram usados para suprir a diminuição do orçamento do MCTI, ao longo dos últimos anos.

## **Comentários Finais sobre o FNDCT:**

O relatório da finep que discrimina a distribuição dos recursos do Fundo, em 2014, é bastante explicativo. Perto de 80% do total do orçamento do Fundo foi utilizado em despesas correntes pelo MCTI e não no apoio a projetos e programas de desenvolvimento tecnológico;

Do mesmo modo, as aplicações de recursos do Fundo não obedecem à políticas previamente definidas, mas, sim, às mais variadas utilizações, de acordo com as necessidades conjunturais.



## **Avaliação do FNDCT por parte do IPEA:**

Levantamento realizado pelo IPEA, coordenado pela especialista Fernanda De Negri, identificou que falta foco e sentido estratégico à gestão do FNDCT. Além disso, inexistente um sistema de monitoramento e avaliação dos projetos apoiados.



# **Avaliação dos Resultados dos Principais Instrumentos de Incentivo à Inovação e ao Desenvolvimento Tecnológico – a Lei do Bem:**

A lei do Bem, no. 11.196/2005, estabeleceu incentivos fiscais destinados à pesquisa e desenvolvimento nas empresas, de forma automática.



## Relatório do MCTI sobre a utilização dos incentivos fiscais à inovação tecnológica, em 2014:

- Evolução do número de empresas que utilizaram os incentivos fiscais da lei do Bem:

2010 - 875

2013 - 1.158

2012 - 1.042

2014 - 1.206

\* De 2010 à 2014, o número de empresas aumentou 38%, um número ainda pouco significativo quando comparado ao de outros países, como o Canadá, onde 22.000 empresas utilizam, normalmente, incentivos fiscais governamentais.

## **Relatório do MCTI sobre a utilização dos incentivos fiscais à inovação tecnológica, em 2014:**

Em 2014, destaque para as empresas dos setores de Mecânica e Transporte, Software, Petroquímica e Química, e Eletroeletrônica que geraram a maior demanda por incentivos fiscais da lei do Bem e por consequência, foram consideradas como as que mais investiram em pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica no ano .



## **Relatório do MCTI sobre a utilização dos incentivos fiscais à inovação tecnológica, em 2014.**

- Do total de 1.206 empresas que participaram dos incentivos fiscais da lei do Bem, em 2014, os gastos totais com investimentos em atividades de P&D, registraram o valor de R\$ 9,25 bilhões, valor bruto, com usufruto de renúncia fiscal no valor de R\$ 1,18 bilhões, valor real.



Obrigado.

Fernando Varella

